

Política



RENDEU 'BRONCA' DE LIRA

Zambelli recebe intimação do STF na Câmara

Deputado optou por entregar no penário, em meio a pressão por operações na Casa

PÁGINA
ACessar
ARQUIVO
CÓPIAR
PÁGINA
CÓDIGO

CEDENDO À PRESSÃO

Governo recua, cria calendário de emendas e tenta nova aproximação com o Congresso

ALICE CRAYO, BRUNO GÖES E
KÉNICIO RIBEIRO
alice.crayo@globo.com.br
bruno.goes@globo.com.br
kenicio.ribeiro@globo.com.br

Depois de um início de ano tumultuado na relação com o Congresso, o governo recuou e decidiu implementar o calendário de pagamento de emendas parlamentares que havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no fim de 2023. A mudança representa uma vitória do Legislativo, especialmente do grupo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que vinha cobrando mais previsibilidade na destinação dos recursos.

Em outra frente da tentativa de aproximação entre os dois Poderes, Lula, ministros e líderes de partidos da base se reuniram ontem à noite, no Alvorada. O happy hour teve clima descontraído. Ao discursar, o presidente da Câmara, segundo presentes, disse que o Parlamento estava aberto a ajudar o governo e celebrou os entendimentos com o Executivo. Lula, por sua vez, brincou com o discurso duro feito por Lira na abertura do ano legislativo, quando o deputado afirmou que a gestão dos recursos não cabe só ao Executivo, mas "pertence a todos".

Estavam presentes ministros como Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Fernando Haddad (Famenda) e Rui Costa (Casa Civil). Entre os deputados, os líderes Odair Cunha (MG), do PT; José Guimarães (PT-CE), do governo; Agnaldo Ribeiro (PP-PB), da maioria; Elmar Nascimento (BA), do União Brasil; e Ronaldo Bulhões (AL), do MDB, entre outros. Para participantes, as trocas de afagos foram entendidas como recados:

—(Lira passou mensagem) de compromisso, de que esse momento de ampliação de diálogo é realmente muito importante — contou o líder do PSB, Gervásio Maia (PB).

FIM DO IMPASSE

Na prática, o Executivo firmou compromisso de cumprir o cronograma que havia sido estabelecido pelo Parlamento na aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Mesmo que a tratativa não esteja em lei, o acordo foi fechado em uma reunião natardem entre o ministro Alexandre Padilha, e integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO). De acordo com Padilha, o veto será mantido para não afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A negociação prevê que R\$ 14,5 bilhões em recursos para a saúde e assistência social sejam pagos até 30 de julho, limite máximo permitido para liberação neste ano, quando haverá eleições municipais. O desfecho encerra um impasse que vinha se arrastando há dois meses. Ao brejar o calendário, Lula alegou que não havia dispositivo na legislação impedindo



Articulação. Lula e Lira conversam em tom amigável durante a posse de Flávio Dino no STF, depois do Supremo, nova reunião no Palácio da Alvorada, também com líderes, para estreitar relação



Fotografia: G. S. / G. S.

Cronograma. Padilha anunciou a implementação do calendário de emendas, em gesto ao Congresso

essa obrigação ao Executivo e que é função do governo "definir o cronograma financeiro dos desembolsos". Parlamentares, do outro lado, se queixavam de ficar à mercê no ritmo de liberação de emendas. O Executivo, por vezes, abria a torneira de pagamentos às vésperas de votações importantes. Ampliar o controle sobre o Orçamento é uma demanda do Legislativo.

O texto da LDO previa, pela primeira vez, que o empenho, primeira etapa da liberação do Orçamento, das emendas individuais e de bancada teria que ocorrer 30 dias após os congressistas definirem as destinações. O pagamento, fase derradeira, por sua vez, era estabelecido até 30 de junho. No acordo, o governo se comprometeu apenas com a data limite, não com o prazo de 30 dias. Esses dois modelos de emendas são impositivos, ou seja, de pagamento obrigatório.

Na semana passada, O GLOBO mostrou que o governo avaliava a apresentação de um calendário, dentro de um contexto que prevê ainda outros acenos ao Congresso.

—A gente quer estabelecer a prioridade absoluta do empenho e pagamento desses valores da saúde e assistência social no calendário, para que se permita os repasses desses recursos até a data limite da vedação eleitoral, que é o dia 30 de junho. Então, estamos reafirmando esse compromisso — afirmou Padilha após a reunião.

Na ocasião ainda ficou marcada um novo encontro para o dia 7 de março para tratar especificamente dos vetos de Lula e a tensões como a proibição de contingenciamento a programas de enfrentamento à violência contra as mulheres e a saúde com as pessoas com

deficiência, em especial crianças com autismo. — Trata-se de uma vitória para o Congresso, que fica fortalecido na sua função de protagonista na elaboração do Orçamento. Desde o início dessa relatoria, tenho reforçado a importância do Orçamento impositivo para dar segurança e previsibilidade à execução orçamentária — diz o deputado Danielo Forte (União-CE), relator da LDO.

VETO DE R\$ 5,6 BI É IMPASSE

Este foi o segundo encontro entre Lula e Lira em duas semanas. No anterior, houve outros acenos do Executivo. O presidente afirmou ao deputado que não vai interferir na sucessão do comando da Casa, em fevereiro de 2025. Segundo interlocutores, Lula acrescentou que o governo não vai atuar contra o candidato apoiado pelo deputado — hoje, o mais cotado é Elmar Nascimento (União-BR), nome que alar do Planalto vem com ressalvas. Lira deseja ser o condutor do processo e, na conversa, ambos concordaram que ainda é cedo para iniciar os debates. Houve também um acerto para destravar verbas do Ministério da Saúde.

Depois de resolvedo o calendário e enquanto os sinais de aproximação seguem acontecendo, resta ainda o embate em torno do veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão, ação que também irritou parlamentares — o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) havia sido de R\$ 16,6 bilhões, um recorde.

Com a interlocução entre Lira e Padilha interrompida, cabe ao ministro Rui Costa tentar construir uma solução. Uma hipótese em análise é que o valor seja reposto, ao menos em parte, em fluxos de pagamento no primeiro semestre.

GESTOS DE APROXIMAÇÃO

CALENDÁRIO DE EMENDAS



30/6
É a data que ficou acertada para o pagamento das emendas previstas na LDO



R\$ 14,5 bilhões
é o total que será pago até o meio do ano



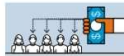
Saúde e Assistência Social
são as áreas que receberão os recursos

TEMAS EM DISCUSSÃO

O que foi debatido na reunião entre líderes e Lula



Regulamentação da Reforma Judiciária, aprovada no ano passado



MP que prevê remuneração da folha de pagamentos de 17 setores



Redução de benefícios do Programa Emergência de Retenção do Setor de Eventos (Ferse)

PSDB e Cidadania recuam convite

> Convidados pela liderança do governo na Câmara para irem à reunião no Palácio da Alvorada, os representantes de PSDB e Cidadania não apareceram.

> De acordo com um petista, os representantes do PSDB Adolfo Viana (BA) e de Cidadania, Alex Manente (SP), foram chamados porque as duas legendas votam com o governo em alguns temas. Procurados, eles não responderam.

> Eleito presidente do

PSDB no fim do ano passado, Marconi Perillo defendeu que o partido faça oposição a Lula. Rival histórico do PT, a sigla ficou neutra no segundo turno da disputa de 2022 entre Lula e Jair Bolsonaro, mas viu muitos de seus quadros, como ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso e o ex-senador Tasso Jereissati, declararem apoio ao candidato do PT. O vice-presidente Geraldo Alckmin é egreço do PSDB.

> Já a Cidadania declarou apoio a Lula no segundo turno de 2022, mas a bancada na Câmara se diz independente.

CONTINUA NA PÁGINA 5